

Práticas de gestão do conhecimento na avaliação de cursos de graduação do INEP/MEC

Knowledge management practices
in graduate course assessment in INEP/MEC

Lidiane Bandeira ¹

Rejane Sartori ²

Claudia Herrero Martins Menegassi ³

Resumo: A avaliação de cursos de graduação busca identificar as reais condições de ensino oferecidas aos alunos e garantir a transparência dos dados sobre a qualidade da educação superior brasileira. Com vistas a aprimorar esse processo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou novos instrumentos de avaliação externa. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é identificar práticas de Gestão do Conhecimento para auxiliar as instituições de ensino superior (IES) a atenderem as exigências do novo instrumento de avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação presencial e a distância do Inep, visando à obtenção do conceito máximo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, tendo como base esse novo instrumento de avaliação de cursos de graduação do Inep. Foram analisados 24 indicadores da Dimensão 1 do instrumento e para cada indicador foram identificadas práticas de Gestão do Conhecimento. Os resultados indicam nove práticas de Gestão do Conhecimento, sendo que cada prática indicada pode atender a vários indicadores e, se aplicadas apropriadamente, podem auxiliar as IES a alcançarem o conceito máximo nos processos avaliativos do MEC.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento. Ensino superior. Avaliação de cursos.

Abstract: The evaluation of undergraduate courses conducted in the country seeks to identify the actual teaching conditions offered to students and ensure the transparency of data on the quality of Brazilian higher education. In order to improve this process, the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (Inep) has published new external evaluation instruments. In this sense, the objective of this article was to identify knowledge management practices to help higher education institutions (HEIs) meet the requirements of the new assessment instrument for recognition and renewal of recognition of Inep's on-site and distance-learning undergraduate courses, aiming at obtaining the maximum concept. Therefore, a documentary research was carried out, based on this new evaluation tool for Inep undergraduate courses. Twenty-four indicators of dimension 1 of the instrument were analyzed and for each indicator knowledge management practices were identified. The results indicate nine knowledge management practices, and each indicated practice can meet several indicators and, if properly applied, can help the HEIs reach the maximum concept in the MEC evaluation processes.

Keywords: Knowledge Management. Undergraduate Courses. Courses Evaluation.

¹ Universidade Cesumar | Programa de Pós-graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações | Maringá | PR | Brasil.
Contato: lidigb82@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8925-2949>

² Universidade Cesumar | Programa de Pós-graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações | Maringá | PR | Brasil.
Contato: rejanestr@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9116-5860>

³ Universidade Cesumar | Programa de Pós-graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações | Maringá | PR | Brasil.
Contato: claudiaherrero@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7778-2571>

- Recebido em: 14 de novembro de 2019
- Aprovado em: 12 de maio de 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772021000200004>

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

1 Introdução

As diversas transformações da educação superior brasileira ao longo do tempo têm levado os governos a atribuir à avaliação importante papel na reforma dos sistemas educativos (VERHINE; FREITAS, 2012). Essas reformas se relacionam com as metas sociais e econômicas de cada país que, por sua vez, estão relacionadas ao processo de globalização que afeta as instituições de ensino superior (IES) (NOVAES, 2002).

A avaliação de cursos é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador, que exige a sistematização e o inter-relacionamento de um grande conjunto de informações obtidas por meio de dados quantitativos e juízos de valor e que dizem respeito à qualidade das práticas e da produção teórica das IES (MARCHELLI, 2007). Essa avaliação subsidia o processo de regulamentação, de competência do Ministério da Educação (MEC), com vistas a garantir a transparência dos dados sobre a qualidade da educação superior (BRASIL, 2004).

Como um elemento da avaliação de cursos, a avaliação externa *in loco* tem por objetivo identificar as reais condições de ensino oferecidas aos alunos, em especial aquelas relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Utiliza diversos procedimentos e instrumentos, dentre os quais, obrigatoriamente, as visitas realizadas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) cabe a elaboração dos instrumentos de avaliação a partir de diretrizes estabelecidas pelo MEC. Esses instrumentos agregam as informações das instituições e as dimensões e critérios de análise que devem ser examinados pela comissão de especialistas antes da visita e no ato de verificação das condições de funcionamento dos cursos de graduação e da IES.

Em direção ao aprimoramento da educação superior no Brasil, o Inep publicou em 2017 novos instrumentos de avaliação institucional para os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação de organização acadêmica, bem como novo instrumento de avaliação de cursos de graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância. Assim, para alcançarem conceito máximo nas avaliações, conceito 5, as IES precisam se adaptar às novas exigências.

Nas IES, assim como em qualquer outro tipo de organização, o conhecimento é um bem central, encontra-se nas pessoas, embutido em documentos ou repositórios e também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. O conhecimento é a combinação de dados e informações à qual se adicionam habilidades, experiências e opiniões de especialistas,

resultando em um ativo valioso que pode ser utilizado no apoio à decisão (CEN, 2003). Portanto, o conhecimento pode e deve ser gerenciado.

A Gestão do Conhecimento é um processo destinado a criar, organizar, disseminar e utilizar o conhecimento com o intuito de atingir os objetivos da organização (DAVENPORT; PRUSAK, 1998), e desse modo, por meio de suas práticas, pode contribuir para que as IES atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC, coadjuvando ainda no sentido de aperfeiçoar seus processos e melhor gerenciar o conhecimento institucional.

Assim sendo, com vistas a contribuir para que obtenham níveis de excelência nas avaliações de cursos, o objetivo deste artigo é identificar práticas de Gestão do Conhecimento que possam auxiliar as IES a atenderem as exigências do novo instrumento de avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação presencial e a distância do Inep. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, tendo como base o instrumento de avaliação do Inep para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação presenciais e a distância publicado em 2017.

A pesquisa foi delimitada à Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica desse instrumento, cujos indicadores estão relacionados à construção do Plano Pedagógico do Curso (PPC), o qual, por sua vez, deve estar alinhado ao perfil do egresso, às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), às demandas locais e à identidade da IES. Desse modo, foram analisados os 24 indicadores dessa Dimensão e para cada indicador propostas práticas de Gestão do Conhecimento para que as IES atendam ao critério aditivo para obtenção do conceito máximo nos processos avaliativos.

2 O conhecimento, a gestão do conhecimento e suas práticas

O conhecimento é considerado o único recurso significativo de sustentabilidade de vantagens competitivas para as empresas. É um bem essencial dentro das organizações, influenciando diretamente no seu sucesso (URIARTE, 2008). Nesse sentido, a Gestão do Conhecimento é uma área de estudos que tem como objetivo gerenciar o conhecimento como elemento chave para agregar e gerar valor para a organização. Para Wiig (1993), é a construção sistemática, explícita e intencional do conhecimento e sua aplicação para maximizar a eficiência e o retorno sobre os ativos de conhecimento da organização.

A Gestão do Conhecimento possui diferentes perspectivas e abordagens, mas contém uma única base - o conhecimento como elemento central para o desempenho organizacional (DAVENPORT; CRONIN, 2000). Dalkir (2011) menciona que apesar de haver mais de 100

conceitos para Gestão do Conhecimento, o que determina uma boa definição desse termo é aquela que incorpora a captura e o armazenamento do ponto de vista do conhecimento, somado à valorização dos bens intelectuais. O seu caráter inovativo não está em reconhecer o conhecimento como algo novo, mas em tratá-lo como um ativo corporativo, o que requer o desenvolvimento de mecanismos de gestão e de avaliação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

A Gestão do Conhecimento caracteriza-se por ser um processo dinâmico e orientado por meio de ciclos com as finalidades de capturar, compartilhar e aplicar conhecimento, possibilitando colocar o conhecimento em ação efetiva, orientado a resultados estratégicos (DOROW; CALLE; RADOS, 2015). Dessa forma, um conjunto de práticas de Gestão do Conhecimento apoia e suporta a execução de cada uma dessas etapas (ERPEN *et al.*, 2015), auxiliando as organizações a encontrar, usar, criar, gerir e disseminar conhecimento (LEASK *et al.*, 2008; GNECCO JUNIOR *et al.*, 2012; FRAGA *et al.*, 2017).

Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) sobre Gestão do Conhecimento para a Administração Pública, Batista (2004, p. 12) listou um conjunto de 27 práticas elaboradas “a partir de exemplos concretos observados em organizações de todo o mundo, englobando aplicações práticas, técnicas, processos e ferramentas”. Outras iniciativas que se tornaram mais frequentes nos últimos anos foram adicionadas, ampliando a lista para 41 práticas (BATISTA; QUANDT, 2015).

A *Asian Productivity Organization* (APO), uma organização intergovernamental comprometida com a melhoria da produtividade na região Ásia-Pacífico, publicou um manual de Gestão do Conhecimento desenvolvido por especialistas asiáticos, europeus e norte-americanos. Para cada uma das etapas da Gestão do Conhecimento apontadas pela APO, identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação do conhecimento, foram relacionadas práticas para atender às necessidades de cada etapa (YOUNG, 2010).

Assim, ao revisar a literatura sobre o tema foram identificadas diversas práticas de Gestão do Conhecimento, a saber: aprender-fazendo, banco de competências individuais e organizacionais, banco de conhecimentos, banco de talentos, bases de conhecimento, *benchmarking*, *blogs*, *brainstorming*, café do conhecimento, captura de ideias, *cluster* do conhecimento, *coaching*, compartilhamento de vídeo, comunidades de prática, *data mining*, *data warehouse*, educação corporativa, espaços colaborativos físicos e virtuais, ferramentas de busca e de colaboração, fórum de discussão, fóruns presenciais e virtuais, gestão de conteúdo, gestão do capital intelectual, gestão de relacionamento com o cliente, gestão eletrônica de documentos, grau de maturidade em Gestão do Conhecimento, intranet, lições aprendidas, listas de discussão, localizador de especialistas, mapeamento do conhecimento, melhores práticas,

memória organizacional, *mentoring*, *organizational knowledge assessment*, páginas amarelas, repositórios do conhecimento, revisão de aprendizagem, revisão por pares, revisão pós-ação, serviços de rede social, sistema de aprendizagem, sistema de gerenciamento de conteúdo, sistema de gerenciamento de documentos, sistemas de colaboração e comunicação em grupo, sistemas de gestão por competências, sistemas de inteligência organizacional, sistemas de *workflow*, *storytelling*, taxonomia, tecnologia de inteligência artificial, treinamentos, universidade corporativa, *voice and voice-over-internet protocol*, *workshops* (BATISTA, 2004; DAVEL; SNYMAN, 2005; RAO, 2005; GHANI, 2009; LENZI, 2014; BATISTA; QUANDT, 2015; YOUNG, 2010).

Essas práticas de Gestão do Conhecimento auxiliam as organizações a criar, compartilhar, codificar e disseminar o conhecimento nas organizações (GNECCO JUNIOR *et al.*, 2012). A efetividade e o sucesso de seu uso é o resultado da forma como pessoas e tecnologias interagem favorecendo uma cultura de aprendizagem e cooperação para a criação do conhecimento organizacional (SERVIN, 2005).

3 Avaliação da educação superior e seus instrumentos

A avaliação da educação superior é efetuada a partir de dois modelos: o primeiro, de caráter externo às instituições, está relacionado com a regulação, controle e hierarquização com vistas a obter eficiência e produtividade e estabelecer *rankings* para comparação entre as instituições; e o segundo, a avaliação institucional, adota a perspectiva da valorização dos problemas que ocorrem no âmbito das instituições e evidencia o processo de autoavaliação, centrado na melhoria institucional, com base nos princípios de participação e de gestão democrática das instituições (VERHINE; FREITAS, 2012). Esses dois modelos têm igual relevância e estão presentes no sistema nacional de educação superior.

As primeiras iniciativas voltadas para o controle da qualidade das IES e, conseqüentemente, dos processos de avaliação da educação superior brasileira foram concebidas como forma de essas instituições prestarem contas à sociedade dos investimentos efetuados pelo setor público. Assim, a partir de 1983 várias propostas fizeram parte das políticas de avaliação do ensino superior no Brasil.

A primeira foi o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), criado em 1983 com o objetivo de avaliar a Reforma Universitária de 1968. Outra iniciativa foi o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que teve origem em uma proposta feita ao MEC em 1993 pela Associação Nacional dos Dirigentes das

Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho acadêmico e de prestação de contas das IES à sociedade (SOUZA, 2016).

Com o pressuposto de discutir um novo modelo de avaliação, em 2003 foi constituída a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), em que se buscava construir conceitos básicos para a regulação e avaliação do ensino superior. Como resultado a CEA apresentou um documento intitulado “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): bases para uma nova proposta da educação superior”, que abordava principalmente três aspectos: (a) marco legal da avaliação e regulação da educação superior; (b) análise dos procedimentos de verificação e validação dos sistemas de informação; e (c) proposta para uma política de avaliação da educação superior. Assim, o Sinaes foi instituído em 2004 com o objetivo de avaliar a educação superior no país (SOUZA, 2016).

O Sinaes considera a avaliação das IES como elemento central do sistema, respeitando as características de cada instituição. É formado por três componentes principais, a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. A avaliação institucional abrange tanto a autoavaliação como a avaliação externa, sendo esta realizada por comissão designada pelo Inep. As informações do Sinaes servem de instrumentos facilitadores para que os estudantes escolham os cursos e/ou instituições em que pretendem realizar seus estudos. Os resultados do processo avaliativo podem ser utilizados por diferentes esferas da sociedade, mas em todas elas o objetivo é um só, a garantia de um ensino superior de qualidade para todos (SOUZA, 2016).

Para efetuar a avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de estudantes, foram desenvolvidos pelo Inep instrumentos que contém diversas informações, tais como contextualização da instituição e dos cursos e as dimensões e os critérios de análise a serem observados pela comissão avaliadora. Um desses instrumentos, e objeto de estudo deste estudo, é o de avaliação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos presenciais e a distância, que possui três dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas (INEP, 2017). Ademais, conta com cinco seções compostas por: (a) eixos ou dimensões, relativos aos objetivos gerais da avaliação; (b) indicadores, que apontam um objeto de avaliação específico para cada eixo ou dimensão; (c) conceitos, um valor numérico que representa o nível de qualidade dos cursos e da IES e está atrelado a uma escala de 1 a 5; (d) critério de análise, um conjunto de atributos que caracteriza a qualidade do objeto de avaliação, associado a um conceito já estabelecido por lei; e (e) atributos, a menor parte de um critério de análise, representando um elemento que deverá ser objeto de verificação *in loco* pelo avaliador (BRASIL, 2004).

Em 2017 o Inep publicou um novo instrumento de avaliação de cursos voltado para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância, bem como para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nessas mesmas modalidades. Embora as dimensões da avaliação tenham permanecido sem alterações, houve modificação nos pesos e foram criados novos indicadores para o instrumento de avaliação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos (REIS; COVAC; COVAC, 2018). As dimensões, quantidade de indicadores e pesos do instrumento anterior e do novo são mostrados no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões, indicadores e pesos do instrumento de avaliação

Dimensão	Número de indicadores (2015)	Número de indicadores (2017)	Peso (2015)	Peso (2017)
1 - Organização Didático-Pedagógica	27	24	30	30
2 - Corpo Docente e Tutorial	20	16	30	40
3 - Infraestrutura	22	18	40	30

Fonte: Reis; Covac; Covac (2018).

Os instrumentos de avaliação têm seus critérios de análise estruturados de forma aditiva, portanto, o conceito 5 apresenta critérios aditivos em relação ao 4. Critério aditivo é o atributo suplementar que integra o critério de análise para os conceitos 4 e 5 (FUNGHETTO, 2018). A relação valor numérico, conceitos e significados é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 - Relação entre valor numérico, conceitos e significados

Valor	Conceito	Significado
1	Insatisfatório	Ausência crítica do objeto de avaliação ou de evidência dos atributos descritos no conceito 2.
2	Parcialmente satisfatório	Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3.
3	Satisfatório	Evidências para os atributos apresentados nos descritores do conceito 3.
4	Bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 4.
5	Muito bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) dos conceitos 4 e 5.

Fonte: Inep (2017).

O Inep, como órgão fiscalizador, deve acompanhar e revisar, sempre que necessário, os instrumentos avaliativos, e estes devem ser concebidos observando critérios que assegurem a boa qualidade da educação superior. Como destacam Diniz e Goergen (2019, p. 17), para que isso ocorra, deve-se considerar as condições “estruturais, pedagógicas e discentes, convergentes com a heterogeneidade presente no sistema, inerente à realidade brasileira, necessária para uma oferta de ensino superior que se pretenda universalizada”.

Ademais, destaca-a autoavaliação como relevante ferramenta para a gestão do ensino superior, possibilitando diagnósticos que auxiliam na tomada de decisões, uma vez que revelam tanto as potencialidades quanto as fragilidades da instituição, assim como dos cursos. Bastos e Silva (2017, p. 8) afirmam que a autoavaliação “permite uma reflexão por parte das diferentes percepções, incluindo docentes, discentes, administrativa e social”.

Sugerem ainda os autores que os cursos devem ter seus instrumentos de autoavaliação desenvolvidos, por exemplo, a partir das discussões do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Apesar da não obrigatoriedade desses instrumentos, pode-se afirmar que as CPAs podem, de forma significativa, contribuir com os processos de autoavaliação dos cursos de graduação.

Por fim, vale destacar relevante estudo realizado por Seiffert (2018), que apresenta diversos questionamentos que têm alimentado debates e pesquisas sobre a qualidade da educação e que permitem refletir, por exemplo, sobre de que forma os dados da avaliação podem agregar à própria gestão acadêmica, assim como sobre o efetivo significado e sentido dessas avaliações para as IES. Dias Sobrinho (2010, p. 195) ressalta que a avaliação [...] “é uma ferramenta capaz de produzir mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo”.

4 Resultados e discussão

No **Indicador 1.1 - Políticas Institucionais no Âmbito do Curso**, as políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), devem estar implantadas e voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem, alinhadas ao perfil do egresso. O critério aditivo determina a adoção de práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras. Para tanto, são indicadas cinco ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento: (a) revisar os documentos institucionais, como PDI e PPC, sendo que as práticas apontadas são Comunidade de Prática, realizando-se reuniões mensais com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da instituição para revisão dos documentos institucionais, e Café do Conhecimento, com reuniões periódicas entre as pró-reitorias, diretorias e coordenações de cursos para discussão das políticas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão; (b) descrever no PPC todos os projetos e iniciativas de inovação dos cursos, cujas práticas assinaladas são Ferramentas de Colaboração, como portais, intranets e extranets, para comprovação dos cursos e projetos em andamento por meio de fotos e vídeos das atividades realizadas pelos professores, e Repositório do Conhecimento, para criar e

alimentar uma plataforma digital que preserve e disponibilize, de forma organizada e separada por área (ensino, pesquisa e extensão) todos os relatórios de projetos e iniciativas de inovação dos cursos; (c) elaborar relatórios periódicos das ações previstas no PPC e das atividades pedagógicas dos cursos para serem utilizados como evidências dos resultados declarados pela instituição, e neste caso a prática sinalizada é Repositório do Conhecimento, com o objetivo de criar e alimentar uma plataforma digital que preserve e disponibilize, de forma organizada e por área (ensino, pesquisa e extensão), todos os relatórios de ações realizadas no âmbito do curso; d) normatização das evidências do trabalho realizado pela IES com foco nos critérios aditivos, sendo que as práticas propostas são também Ferramentas de Colaboração, para divulgação das ações dos cursos e projetos em andamento, e Café do Conhecimento, com a realização de reuniões periódicas dos coordenadores e professores do curso para apresentação dos resultados relacionados aos projetos desenvolvidos, apontando as potencialidades e dificuldades encontradas.

No **Indicador 1.2 - Objetivos do Curso**, estes devem estar implementados considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional e as características locais e regionais. O critério aditivo estipula novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso e desse modo são designadas duas ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento: (a) adaptação dos conteúdos programáticos e das disciplinas ao ambiente econômico emergente, atribuindo-se as práticas *Brainstorm* e Café do Conhecimento, com realização de reuniões com os coordenadores de curso a fim de compartilhar informações e gerar ideias e experiências que contribuam para a inovação da composição curricular do curso; e (b) proposta de ações ou disciplinas que articulem os conteúdos estudados no curso com as experiências cotidianas da área, cujas práticas preconizadas são Fóruns Virtuais e Listas de Discussão, envolvendo coordenador e colegiado de curso para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para obter melhor resultado nos processos de ensino e aprendizagem; Comunidade de Prática, por meio de grupos virtuais, para compartilhamento de melhores práticas de aprendizagem entre tutores e professores; e Melhores Práticas, para elaboração de manual com procedimentos que orientem ações de melhoria contínua direcionadas aos discentes.

O **Indicador 1.3 - Perfil Profissional do Egresso** deve expressar as competências a serem desenvolvidas pelo discente, que devem estar articuladas com as necessidades locais e regionais. O critério aditivo define que o perfil profissional deve ser ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Para tanto, são propostas cinco ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento: (a) incentivar os docentes a

participarem de eventos, atividades e visitas técnicas para se aproximar das demandas de mercado na área do curso, sendo que a prática recomendada é Comunidade de Prática, por meio de grupos virtuais para compartilhamento de conteúdos, experiências e ideias com associações empresariais e prefeituras da região; (b) adequar os conteúdos curriculares à visão de mercado locais e regionais, cujas práticas para auxiliar nesse processo são Fóruns Presenciais e Virtuais e Listas de Discussão com o NDE, para adequação da estrutura curricular, quando necessário; (c) adaptar os conteúdos programáticos e das disciplinas do curso ao ambiente econômico emergente, atribuindo-se a prática Café do Conhecimento, com realização de reunião com coordenadores de curso para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para a inovação da composição curricular do curso; e (c) propor ações ou disciplinas que articulem os conteúdos estudados no curso com as experiências cotidianas da área, e neste caso as práticas para apoiar esta ação compreendem Fóruns Virtuais e Listas de Discussão; Comunidade de Prática, com grupos virtuais para o compartilhamento de melhores práticas de aprendizagem entre tutores e professores formadores; e Melhores Práticas, com a elaboração de um manual com procedimentos para orientar as ações de melhoria contínua voltadas aos discentes.

No **Indicador 1.4 - Estrutura Curricular**, esta deve constar no PPC e estar implementada, considerando a flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica e compatibilidade da carga horária total, evidenciando a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de Libras e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso). O critério aditivo refere-se a explicitar claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresentar elementos comprovadamente inovadores. Como ação institucional aconselha-se propor disciplinas utilizando 20% da carga horária a distância para temas que possam orientar os alunos em sua trajetória pessoal e profissional. As práticas de Gestão do Conhecimento que podem ser empregadas são Melhores Práticas, para identificação e difusão de medidas que possam auxiliar no gerenciamento do conteúdo e acompanhamento do curso; e Café do Conhecimento, visando reunião com os coordenadores de curso para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para a inovação da composição curricular.

No **Indicador 1.5 - Conteúdos Curriculares**, estes devem constar no PPC e promover o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, adequação da carga horária e da bibliografia, acessibilidade metodológica, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, direitos humanos e das relações étnico-raciais e ensino de história e culturas afro-brasileira, africana e indígena, que diferenciam

o curso dentro da área profissional. O critério aditivo estabelece induzir contato com conhecimento recente e inovador. Para tanto, as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento indicadas são: (a) propor ações ou disciplinas que articulem os conteúdos estudados no curso com as experiências cotidianas da área, tendo-se como práticas Fóruns Virtuais e Listas de Discussão, envolvendo o coordenador e o colegiado de curso para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para obter melhor resultado nos processos de ensino e aprendizagem; e (b) propor disciplinas utilizando 20% da carga horária a distância para temas que orientem os alunos em sua trajetória pessoal e profissional, e neste caso três são as práticas para apoiar essa ação: Comunidade de Prática, com grupos virtuais para compartilhamento de melhores práticas de aprendizagem entre tutores e professores formadores; Melhores Práticas, com a elaboração de manual com procedimentos eficientes que orientem ações de melhoria contínua direcionadas aos discentes; e Café do Conhecimento, para reunião com os coordenadores de curso para compartilhar informações, ideias e experiências que possam contribuir para a inovação da composição curricular e propiciar um resultado exitoso.

No **Indicador 1.6 - Metodologia**, esta deve atender ao desenvolvimento de conteúdos, estratégias de aprendizagem, acompanhamento das atividades, acessibilidade metodológica e autonomia do discente, combinando com práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática. O critério aditivo aponta que a metodologia deve ser claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área. Desse modo, as ações institucionais e práticas de Gestão do Conhecimento sugeridas são: (a) incentivar os docentes a atuarem com diversos tipos de metodologias, como abordagem teórico-prática, metodologia baseada em problemas, visitas técnicas e interdisciplinaridade, recomendando-se como prática Café do Conhecimento, com reuniões periódicas entre coordenação e professores para troca de experiências quanto às metodologias utilizadas; (b) estimular a aplicação de diferentes metodologias ativas, incentivando o estudo independente, sondagem de conhecimentos prévios e problematização, cujas práticas preconizadas são *Brainstorm* e Fóruns Virtuais e Listas de Discussão, envolvendo coordenador e colegiado de curso para compartilhar informações, ideias e experiências com vistas a obter melhor resultado nos processos de ensino e aprendizagem.

No **Indicador 1.7 - Estágio Curricular Supervisionado**, este deve estar institucionalizado e contemplar carga horária adequada. O critério aditivo considera que esse diálogo institucional deve gerar insumos para a atualização das práticas do estágio. Desse modo, as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento são: (a) manter

convênios e parcerias com outras instituições ou empresas que tenham interesse e permitam a prática de estágios, indicando-se a Comunidade de Prática, com grupos virtuais para compartilhamento e manifestação de interesse em firmar parcerias e projetos conforme a área do curso; e (b) incentivar os acadêmicos a elaborarem projetos que visem aproximá-los do mundo do trabalho e relatórios das atividades realizadas. Neste caso, a prática sinalizada é Repositório do Conhecimento, a fim de criar e alimentar uma plataforma digital que preserve e disponibilize os regulamentos de estágio e os relatórios oriundos dessas atividades.

No **Indicador 1.8 - Estágio Curricular Supervisionado - Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica**, o estágio também deve estar institucionalizado e promover a vivência da realidade escolar de forma integral. O critério aditivo determina práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da educação básica. Aconselha-se como ação institucional inovar a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas, cujas práticas de Gestão do Conhecimento indicadas são Melhores Práticas, permitindo identificar e difundir as práticas mais adequadas para auxiliar essa gestão; Comunidade de Prática, por meio de grupos virtuais para compartilhamento e manifestação de interesse em firmar parcerias e desenvolver novos projetos junto à rede; e Fóruns Presenciais e Virtuais entre a IES e a rede de escolas.

No **Indicador 1.9 - Estágio Curricular Supervisionado - Relação Teoria e Prática**, o estágio deve promover a relação teoria e prática e contemplar a articulação entre o currículo do curso e os aspectos práticos da educação básica. O critério aditivo recomenda a criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras. Para tanto, duas são as ações institucionais sugeridas e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento: (a) permitir, por meio do currículo e dos campos de estágio estabelecidos, uma produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada nos campos de estágio, e para tanto se indicam Fóruns Virtuais e Listas de Discussão, envolvendo o coordenador, o NDE e o professor orientador da supervisão de estágio para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para a articulação entre o currículo do curso e os aspectos práticos da educação básica; (b) prever, na matriz curricular, disciplinas que permitam aos alunos vivenciarem práticas pedagógicas que possam contemplar os aspectos teórico-metodológico e os conteúdos curriculares que serão trabalhados no curso, sendo que as práticas recomendadas são Café do Conhecimento, com reunião periódica entre coordenadores e docentes do curso para revisão da estrutura curricular, visando à reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos; e Espaços Colaborativos Virtuais, para a realização de videoconferências, disponibilização de *slides*, textos e vídeos com temáticas de interesse para o curso.

No **Indicador 1.10 - Atividades Complementares**, o critério aditivo refere-se à existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento. Para tanto, aconselha-se como ação institucional disponibilizar o regulamento das atividades complementares do curso, bem como relatórios, portarias, editais, evidenciando assim as ações realizadas, a gestão e o aproveitamento relacionados às atividades complementares. Para tanto, a prática de Gestão do Conhecimento proposta é Repositório do Conhecimento, com o intuito de criar e alimentar uma plataforma digital que preserve e disponibilize os documentos relacionados às Atividades Complementares.

No **Indicador 1.11 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)**, estes devem estar institucionalizados e considerar carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação e divulgação de manuais de apoio à produção dos trabalhos. O critério aditivo se refere à disponibilização dos TCCs em repositórios institucionais próprios acessíveis pela internet. Desse modo, são propostas as seguintes ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento: (a) elaborar documento com as instruções normativas relacionadas ao encaminhamento de TCC para o repositório digital, aconselhando-se, para tanto, Melhores Práticas, para revisão e validação do colegiado do curso das instruções normativas para envio do TCC ao repositório digital da IES; e (b) disponibilizar instruções normativas para envio do TCC ao repositório digital, ambiente virtual de aprendizagem ou outra ferramenta de acesso dos alunos, sendo que a prática preconizada é Ferramentas de Colaboração, como portais, intranets e extranets, e ambiente *online* de aprendizagem, para visualização, pela comunidade acadêmica, das normativas referentes ao TCC.

No **Indicador 1.12 - Apoio ao Discente**, a IES deve oferecer ao aluno ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais. O critério aditivo contempla a promoção de outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras. Para tanto, sugere-se como ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento: (a) viabilizar aos alunos que participaram de intercâmbio relatar suas experiências para colegas e professores, e para isso, as práticas indicadas são Ferramentas de Colaboração e Serviços de Rede Social; (b) divulgar benefícios para egressos da instituição, por meio de Programa de Atendimento a Egressos, cuja prática proposta é Serviços de Rede Social; e (c) acompanhar e registrar as ações de apoio ao discente por meio de fotos e relatórios das ações desenvolvidas, recomendando-se a prática Repositório do Conhecimento, a fim de criar e alimentar uma plataforma digital que preserve e disponibilize esses materiais.

No **Indicador 1.13 - Gestão do Curso e Processos de Avaliação Interna e Externa**, esta deve ser realizada considerando-se a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica. O critério aditivo define a existência de processo de autoavaliação periódica do curso. Para isso são indicadas as seguintes ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento: (a) promover apresentação, discussão e divulgação dos resultados da autoavaliação à comunidade acadêmica, cujas práticas propostas são Comunidade de Prática, com reunião dos representantes da CPA com os diretores de área, coordenadores de curso e NDE; Ferramentas de Colaboração, que podem contribuir para a divulgação dos resultados da avaliação institucional; e Serviços de Rede Social, para divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, ressaltando a importância da participação no processo e mostrando as melhorias realizadas em razão da avaliação; (b) realizar o acompanhamento da avaliação institucional e orientar a gestão institucional em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, sendo que as práticas recomendadas são Repositório do Conhecimento, visando criar e alimentar uma plataforma digital que preserve e disponibilize os relatórios com os resultados da autoavaliação institucional; Comunidade de Prática, com reunião mensal dos representantes da CPA e diretorias de áreas, para análise dos resultados da avaliação interna e dos instrumentos de autoavaliação, permitindo identificar os aspectos positivos do curso e tomar decisões para solucionar suas fragilidades; e Café do Conhecimento, com reunião dos representantes da comissão ao final do período avaliativo, para discussão da análise dos resultados divulgados pela CPA entre os coordenadores e professores, destacando os pontos de melhoria e correção; e (c) analisar os resultados obtidos pela instituição na avaliação externa, articulando-os aos da autoavaliação, sendo que a prática preconizada é Comunidade de Prática, com reunião mensal dos representantes da CPA e diretorias de áreas para estudo comparativo da análise dos relatórios de avaliação externa, disponibilizados pelo MEC, com análise dos resultados da avaliação institucional, objetivando a melhoria dos cursos.

No **Indicador 1.14 - Atividades de Tutoria**, estas devem atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, e ser avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso. O critério aditivo compreende ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. As ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento sugeridas são: (a) acompanhar o percurso do aluno nas disciplinas desde o

ingresso até a conclusão do curso, seu envolvimento, sua participação no ambiente virtual e na entrega das atividades, motivando-o na continuidade dos estudos, sendo que a prática indicada é Espaços Colaborativos Virtuais, para realização de videoconferências e incentivo aos alunos à participação das atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem; e (b) promover o aperfeiçoamento das atividades de tutoria, a partir dos resultados obtidos nas avaliações dos estudantes em relação aos docentes tutores e equipe pedagógica no ambiente virtual e pela CPA, cujas práticas propostas compreendem Ferramentas de Colaboração, para realizar avaliação das atividades de tutores de materiais entre os docentes tutores; e Comunidade de Prática, com reuniões periódicas entre os docentes tutores e coordenadores de curso para análise dos relatórios de avaliação da CPA, por curso, os quais podem ser utilizados para embasar ações corretivas para as atividades de tutoria.

No **Indicador 1.15 - Conhecimentos, Habilidades e Atitudes para Tutoria**, essas qualidades devem estar presentes na equipe de tutoria e suas ações devem estar alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso. O critério aditivo recomenda apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes. Desse modo, as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento indicadas são: (a) promover o aperfeiçoamento das atividades dos docentes tutores, a partir dos resultados obtidos nas avaliações dos estudantes em relação aos tutores e equipe pedagógica no ambiente virtual e pela CPA, sendo que a prática recomendada é Comunidade de Prática, com reuniões periódicas entre docentes tutores e coordenadores de curso para análise dos relatórios de avaliação da CPA, por curso, os quais podem ser utilizados para identificar as ações necessárias ao aperfeiçoamento das atividades de tutoria; (b) capacitar permanentemente os docentes tutores por meio de plataforma de aprendizagem, com temas gerais relacionados à educação, e para tanto são sugeridos Fóruns Virtuais e Listas de Discussão, para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuirão para o desenvolvimento de competências e aprendizagem; Universidade Corporativa, visando desenvolver comportamentos, atitudes e conhecimentos mais amplos, habilidades técnicas mais específicas dos tutores; e Espaços Colaborativos Virtuais, para a realização de videoconferências, disponibilização de *slides*, textos e vídeos com temáticas de interesse do curso; e (c) preparar os docentes tutores para desempenharem suas atividades de forma competente e fomentar o desenvolvimento de estratégias didáticas inovadoras. Assim, recomendam-se Fóruns Virtuais e Listas de Discussão para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para desenvolver competências e aprendizagem; e Café do

Conhecimento, com reunião semanal com coordenador e tutores para discussão sobre o uso das distintas metodologias de ensino e aprendizagem, tecnologias educacionais e inovação.

No **Indicador 1.16 - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem**, estas devem ser adotadas, pois permitem a execução do PPC, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, e asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar. O critério aditivo relaciona-se ao fato de que as TICs possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. Para tanto, as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento indicadas são: (a) utilizar as TICs para divulgação de eventos, congressos, grupos de estudos e demais atividades, e para tanto se recomendam os Serviços de Rede Social; e (b) disponibilizar, por meio das TICs, acesso a periódicos, livros, artigos científicos, *blogs*, conteúdos e recursos educativos para resolução de problemas, sendo que as práticas preconizadas são Ferramentas de Colaboração, Ambiente Virtual de Aprendizagem, Comunidade de Prática e Serviços de Rede Social.

No **Indicador 1.17 - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)**, esse ambiente deve constar no PPC e apresentar materiais, recursos e tecnologias apropriadas que permitam desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. O critério aditivo ressalta que esse ambiente deve resultar em ações de melhoria contínua. Assim, a ação institucional sugerida é realizar o acompanhamento constante do progresso dos discentes, por meio de pesquisa de satisfação aplicada aos alunos no AVA, sendo que a prática de Gestão do Conhecimento preconizada é Melhores Práticas, com manual para difusão de melhores procedimentos que orientem as ações de melhoria contínua direcionadas aos discentes.

No **Indicador 18 - Material Didático**, este deve estar descrito no PPC, disponibilizado aos discentes e elaborado ou validado pela equipe multidisciplinar (no caso de EaD) ou equivalente (no caso presencial), pois permite desenvolver a formação definida no PPC, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, acessibilidade metodológica e instrumental e adequação da bibliografia às exigências da formação. O critério aditivo estipula apresentar linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores. Assim, as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento são: (a) garantir a qualidade do material didático relativo às disciplinas ofertadas a distância, considerando a adequação da bibliografia utilizada, a adequação dos conteúdos às exigências da formação, o aprofundamento e a coerência teórica e formação dos professores, sejam eles formadores ou conteudistas. Para tanto a prática recomendada é Comunidade de Prática, com

reuniões entre professores formadores, equipe de revisão linguística, *design* didático, equipe de editoração e bibliotecário, para alinhamento do material didático produzido; e (b) disponibilizar o livro didático em formato eletrônico, possibilitando acessibilidade digital, para ser visualizado em diferentes dispositivos que suportam o Formato Portátil de Documento (PDF), com recursos que apoiam a navegação e interação, e neste caso a prática preconizada é Ferramentas de Colaboração e ambiente *online* de aprendizagem.

No **Indicador 1.19 - Procedimentos de Acompanhamento e Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem**, estes devem atender à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva e resultando em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa. O critério aditivo preceitua a adoção de ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. Para que isso ocorra preconiza-se como ação institucional garantir que o processo de avaliação da aprendizagem seja coerente com a concepção do curso e traga insumos para seu aprimoramento contínuo, considerando sempre a natureza formativa. Neste caso, a prática de Gestão do Conhecimento recomendada é Espaços Colaborativos Virtuais, com realização de videoconferências para professores com a temática da avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

No **Indicador 1.20 - Número de Vagas**, este deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica. O critério aditivo considera comprovar sua adequação à dimensão do corpo docente (e tutorial, na modalidade a distância) e às condições de infraestruturas física e tecnológica para o ensino e a pesquisa (esta última, quando for o caso). O número de vagas deve garantir a melhor distribuição possível dos alunos nas IES, com intervenções necessárias na infraestrutura física, entre outras ações, para acomodar números crescentes de alunos e atender às características didático-pedagógicas de seus cursos. Desse modo, as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento indicadas são: (a) acompanhar constantemente o número de alunos de forma a otimizar o uso dos recursos pedagógicos e financeiros e da infraestrutura física e acadêmica da IES; (b) incorporar nos cálculos e projeções para os novos cursos dados como taxas de evasão/desistência, transferência e alunos repetentes; e (c) garantir a melhor distribuição possível de alunos, com intervenções necessárias na infraestrutura física e em outras ações. Para as ações (a) e (b) recomenda-se como prática a Gestão Eletrônica de Documentos, para suporte à gestão, controle e emissão de relatórios de acompanhamento do número de alunos ingressantes, trancamentos, transferências e evasão; e Repositório do Conhecimento, para criar e alimentar uma plataforma digital que disponibilize os relatórios de

acompanhamento do número de alunos. Para a ação (c) indica-se Comunidade de Prática, com reuniões periódicas com a gestão administrativa da IES para alinhar as demandas relacionadas à ampliação de infraestrutura.

No **Indicador 1.21 - Integração com as Redes Públicas de Ensino**, deve haver nas IES convênios e ações que promovam a integração com a rede pública de ensino e que permitam o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais. O critério aditivo estabelece haver ações comprovadamente exitosas ou inovadoras. Para tanto, preconiza-se como ação institucional produzir relatórios resultantes das ações relevantes para os discentes e para as escolas de educação básica, evidenciando as ações exitosas ou inovadoras. Neste caso, Melhores Práticas contribui para a elaboração de manual com diretrizes, normas e procedimentos para que diretores das áreas dos cursos possam orientar os coordenadores e estes, os professores, sobre o registro das ações desenvolvidas.

No **Indicador 1.22 - Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS)**, integração essa que deve estar formalizada por meio de convênio, conforme DCN e/ou o PPC, e viabilizar a formação do discente, permitindo sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais. O critério aditivo determina considerar diferentes cenários do sistema, com nível de complexidade crescente. Nesse sentido, indica-se como ação institucional prever no PPC ou na estrutura curricular do curso atividades nos diferentes cenários do Sistema Único de Saúde, como hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), laboratórios, sendo que as práticas de Gestão do Conhecimento propostas são Fóruns Presenciais e Virtuais e Listas de Discussão, para aperfeiçoamento dos processos e adequação da estrutura curricular, quando necessário; e Café do Conhecimento, com reunião periódica dos coordenadores e NDE para revisão da estrutura curricular.

No **Indicador 1.23 - Atividades Práticas de Ensino para Área da Saúde**, as quais devem apresentar conformidade com as DCNs do curso e com a regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente, permitindo a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes, resultando no desenvolvimento de competências específicas da profissão. O critério aditivo determina que as atividades práticas de ensino devem estar relacionadas ao contexto de saúde da região. Nessa perspectiva, as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento indicadas são: (a) promover estudo identificando as necessidades de saúde da região, cuja prática recomendada é Café do Conhecimento, com reunião periódica dos coordenadores e NDE para alinhar as atividades práticas de ensino às da área de saúde da região; e (b) estabelecer um cronograma de visitas às

Regionais e Secretarias de Saúde do município para auxiliar na identificação de demandas emergentes da área de saúde, preconizando-se a prática Repositório do Conhecimento para criar e alimentar uma plataforma digital que preserve e disponibilize os regulamentos e os relatórios oriundos das atividades práticas de ensino.

No **Indicador 1.24 - Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas**, estas devem estar em conformidade com as DCNs da educação básica, da formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura. O critério aditivo aponta relacionar teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso. Para isso as ações institucionais e respectivas práticas de Gestão do Conhecimento recomendadas são: (a) relacionar teoria e prática de forma reflexiva durante o curso, sendo indicado Café do Conhecimento, com reunião periódica dos coordenadores e NDE para revisão e estruturação das atividades práticas de ensino de modo a relacionar de forma reflexiva no curso; e (b) integrar teoria e prática, bem como o equilíbrio entre a formação do cidadão e do profissional, em busca da autonomia intelectual, cujas práticas preconizadas são Café do Conhecimento, com reunião periódica dos coordenadores e NDE para revisão da estrutura curricular; e Fóruns Presenciais e Virtuais e Listas de Discussão, para aperfeiçoamento dos processos e adequação da estrutura curricular.

5 Conclusão

O objetivo deste artigo foi identificar práticas de Gestão do Conhecimento para auxiliar as IES a atenderem as exigências do novo instrumento de avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação presencial e a distância do Inep. A Gestão do Conhecimento tem contribuído no sentido de capacitar as organizações a atingir resultados por meio de ações que favoreçam a aquisição, criação, compartilhamento, armazenamento e utilização do conhecimento.

Os resultados da pesquisa evidenciam que diferentes práticas de Gestão do Conhecimento podem ser utilizadas pelas IES para auxiliá-las a alcançar o conceito máximo nas avaliações do MEC, considerando, especificamente, os 24 indicadores da Dimensão 1. Nesse sentido, foram sugeridas nove práticas de Gestão do Conhecimento, a saber: *Brainstorm*, Café do Conhecimento, Comunidade Prática, Ferramentas de Colaboração, Fóruns e Listas de Discussão, Gestão Eletrônica de Documentos, Melhores Práticas, Repositório do Conhecimento e Serviços de Rede Social. Ressalta-se que um tipo de prática pode atender a vários indicadores.

Como trabalhos futuros apontam-se duas possibilidades estudos. A primeira é a realização de pesquisas com vistas a identificar práticas de Gestão do Conhecimento que possam contribuir para que as IES alcancem conceitos satisfatórios nas duas outras dimensões do instrumento de avaliação de cursos do Inep, *i.e.*, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Outra perspectiva é analisar os instrumentos de avaliação externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, com vistas a também identificar práticas de Gestão do Conhecimento que possam ser empregadas para auxiliar as IES a alcançarem conceito máximo de qualidade nas avaliações do MEC.

Referências

BASTOS, Isabela Deschamps; SILVA, Renata. Autoavaliação institucional como ferramenta de gestão estratégica universitária: estudo de uma instituição de ensino superior pública municipal do sul do Brasil. *In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR*, 3., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-17.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Governo que aprende: gestão do conhecimento em organizações do executivo federal**. Brasília: IPEA, 2004. Texto para Discussão 1022.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo. **Gestão do conhecimento na administração pública: resultado da pesquisa IPEA 2014 – Práticas de gestão do conhecimento**. Brasília: IPEA, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

CEN. European Committee for Standardization. European guide to good practice in knowledge management. Brussels, 2003. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0002341.pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.

DALKIR, Kimiz. **Knowledge management theory and practice**. Boston, MA: MIT Press, 2011.

DAVEL, Ronel; SNYMAN, Marita. Influence of corporate culture on the use of knowledge management techniques and technologies. **South African Journal of Information Management**, Cape Town, v.7, n. 2, jun. 2005.

DAVENPORT, Thomas Hayes; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, Elisabeth; CRONIN, Blaise. Knowledge management: semantic drift or conceptual shift? **Journal of Education for Library and Information Science**, New York, v. 41, n. 4, p. 294-306, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100011&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 14 out. 2019.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 573-593, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300573. Acesso em: 4 nov. 2019.

DOROW, Patrícia Fernanda; CALLE, Guillermo Antonio Dávila; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Ciclo de conhecimento como gerador de valor: uma proposta integradora. **Espacios**, Caracas, v. 36, n. 12, 2015. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a15v36n12/15361213.html>. Acesso em 14 out. 2019.

ERPEN, Julio Graeff *et al.* Métodos e técnicas de gestão do conhecimento aplicadas para melhorar a gestão do capital intelectual em núcleos setoriais de uma associação empresarial. **Navus**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 22-35, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350450615003.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

FRAGA, Bruna Devens *et al.* Business intelligence: métodos e técnicas de gestão do conhecimento e as tendências para avanços do capital intelectual. **Navus**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 43-56, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350454065003.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

FUNGHETTO, Suzana Schwerz. Novas estratégias para avaliação *in loco* após a publicação dos novos instrumentos avaliativos do INEP. *In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MANTENEDORAS DAS FACULDADES (ABRAFI), 1., 2018. Anais [...].* Brasília: Abrafi, 2018.

GHANI, Syed Raiyan. Knowledge management: tools and techniques. **DESIDOC Journal of Library & Information Technology**, Delhi, v. 29, n. 6, p. 33-38, 2009. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/b74c654d85c82102ba048730cea3f31e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2028807>. Acesso em: 30 out. 2019.

GNECCO JUNIOR, Lênio *et al.* Métodos e técnicas de gestão do conhecimento: comunidades de prática. *In: TOURISM AND MANAGEMENT STUDIES INTERNATIONAL CONFERENCE ALGARVE, 4., 2012, Faro. Proceedings [...]* Faro: ESGHT – University of the Algarve, Portugal, 2012.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância** – reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP, 2017.

LEASK, Marilyn *et al.* **Knowledge management tools and techniques: improvement and development agency for local government.** London: IDeA, 2008.

LENZI, Greicy Kelli Spanhol. **Framework para o compartilhamento do conhecimento na gestão de tutoria de cursos de educação a distância.** 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 351-372, jul./set. 2007.

NOVAES, Gláucia Torres Franco. **Habilidades e competências do Exame Nacional dos cursos de Medicina**. 2002. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

RAO, Madanmohan. **Knowledge management tools and techniques: practitioners and experts evaluate KM Solutions**. Oxford: Elsevier Butterworth–Heinemann, 2005.

REIS, Fábio José Garcia dos; COVAC, Fernando; COVAC, José Roberto. **Novos instrumentos de avaliação favorecem inovação nas IES**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Novos-instrumentos-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-favorecem-inova%C3%A7%C3%A3o-nas-IES-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SEIFFERT, Otilia Maria Lucia Barbosa. Avaliação da qualidade da educação superior: entrelaçando evidências. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, Campo Grande, v. 24, n. 47, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/5906>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SERVIN, Géraud. **ABC of Knowledge Management**. National Library for Health: Knowledge Management. England, 2005. Disponível em: http://dgroups.org/file2.axd/79969285-660d-4c8d-a902-894b1ef31cc8/ABC_of_KM.pdf. Acesso em: 7 jul. 2018.

SOUZA, Paulo André. **Políticas de avaliação da qualidade do ensino superior brasileiro**. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

URIARTE, Filemon. **Introduction to knowledge management**. Indonesia: ASEAN Foundation, 2008.

VERHINE, Robert Evan; FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro de. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, v. 3, n.7, p.16-39, 2012.

WIIG, Karl. **Knowledge management foundations: thinking about thinking**. How people and organizations create, represent and use knowledge. Arlington, TX: Schema Press, 1993.

YOUNG, Ronald. **Knowledge management: tools and techniques manual**. Tokyo: Asian Productivity Organization, 2010. Disponível em: <https://www.apo-tokyo.org/publications/ebooks/knowledge-management-tools-and-techniques-manual/>. Acesso em: 5 nov. 2019.